



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 57 /2023

Altera a redação do art.55 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, nos termos do § 4º do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º O art. 55 da Lei Orgânica Municipal de Bom Despacho/MG passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de 13 (treze) Vereadores, representantes do povo, eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos.”

Art. 2º A alteração proposta produzirá seus efeitos para a próxima eleição, que ocorrerá no ano de 2024.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho/MG, 02 de outubro de 2023.

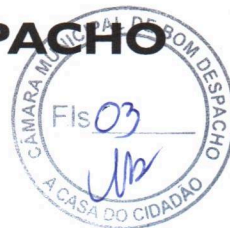
Paré
Aparecida Adriana Lúcio
Vereadora

Keke
Maria Klésia de Oliveira
Vereadora

Marquinho
Marco Antônio Francelino
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



JUSTIFICATIVA

O inc. IV do art. 29 da CF/88 estabelece os preceitos que devem reger a Lei Orgânica Municipal (LOM) na fixação da composição das Câmaras Municipais. De acordo com a alínea "d" do mencionado dispositivo, o município de Bom Despacho poderia alcançar em sua composição o máximo 15 vereadores, haja vista que possui uma população estimada de 50.166 pessoas, segundo o IBGE.¹

A proposta apresentada visa aumentar a representatividade no Poder Legislativo Municipal, bem como o pluralismo político. Atualmente, tem-se 1 vereador para cada 5574 cidadãos, com a aprovação desta emenda ter-se-á 1 vereador para cada 4560 cidadãos.

A alteração na composição desta Casa Legislativa guardará harmonia com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que ainda está longe do limite máximo fixado pela CF/88 (15 vereadores).

Optou-se por apresentar Proposta de Emenda e não Projeto de Resolução, como dispõe o atual art.55, parágrafo único da LOM, em razão do art. 29 da CF/88 que fixa a LOM como instrumento que rege o município, sendo que a composição de um poder é matéria de suma importância que deve integrar a legislação maior em seu ambiente jurídico, aplicando-se ainda o princípio da simetria com a CF/88 ao caso. Por outro lado, o STF já proferiu decisões neste sentido, senão vejamos:

EMENTA Recurso extraordinário. Acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Número de Vereadores na Câmara Municipal. Previsão na Lei Orgânica Municipal. Artigo 29, inciso IV, da Constituição Federal de 1988. Redação conferida pela Emenda Constitucional nº 58/09. Existência de limites máximos por faixa populacional.** Ausência de limite mínimo constante da redação antiga no dispositivo constitucional. Homenagem ao princípio da autonomia municipal. Recurso extraordinário provido para declarar a constitucionalidade da Emenda nº 43 à Lei Orgânica do

¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/bom-despacho.html>

Assinado



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Município de Ribeirão Preto que reduziu de 27 para 22 o número de representantes na Câmara Municipal. Modulação dos efeitos. Aplicação do julgado a partir das eleições subsequentes ao julgamento do recurso. 1. O art. 29, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, em sua redação original, estabelecia três faixas populacionais para nortear as quantidades máximas e mínimas de vereadores em cada município, devendo esse, atendendo ao princípio da proporcionalidade, estabelecer o quantitativo suficiente ao atendimento das demandas locais. 2. A amplitude elástica do espaço de decisão legislativa quanto ao número de vereadores permitiu distorções no sistema, levando o Congresso Nacional a editar a Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, que conferiu nova redação para o art. 29, inciso IV, da CF/88, ampliando de três para vinte e cinco as faixas populacionais que orientariam essa fixação e estabelecendo tão somente o limite máximo do número de vereadores para cada faixa populacional. A intenção do constituinte reformador foi conferir objetividade no estabelecimento do número de vereadores, sem, contudo, coartar a autonomia dos municípios, princípio que foi valorizado pela Constituição de 1988, permitindo certa flexibilidade na definição do número de representantes das casas legislativas municipais. 3. A Corte de origem, a partir de uma interpretação das alíneas do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, assentou que a fixação do número de vereadores, no âmbito dos municípios no Estado de São Paulo, deveria observar não apenas o quantitativo máximo correspondente ao número de habitantes do município expresso em cada alínea, mas também a quantidade mínima de representantes, que seria aquela constante da alínea imediatamente anterior. Mescloou-se o critério atual de limites máximos estabelecidos de forma esmiuçada e definida com o critério da redação constitucional anterior, concluindo que o número de vereadores no Município de Ribeirão Preto deveria estar compreendido entre 25 e 27 representantes. 4. A referida interpretação não encontra respaldo no sistema normativo constitucional. A uma porque inexistente norma nesse sentido na Constituição, não podendo, sequer, ser extraída de dispositivos constitucionais correlatos, uma vez que, na redação atual, não mais se estabeleceu limites mínimos à fixação do número de vereadores. A duas, porque criou regra limitadora de um princípio insculpido na Constituição Federal deveras relevante no modelo federativo brasileiro, qual seja a autonomia dos entes municipais. A EC nº 58/09 buscou viabilizar, exatamente, que municípios de realidades distintas, apesar de possuírem número aproximado de habitantes, pudessem fixar quantitativo de vereadores compatível com sua realidade, assegurando-se, ao mesmo tempo, o cumprimento dos princípios da proporcionalidade, da autonomia municipal e da isonomia. Para tanto, é que foram retirados do texto constitucional os limites mínimos, permitindo certa flexibilidade na atuação das

Aplicação



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Câmaras Municipais, sem que se corresse o risco de ser malferida a razoabilidade na fixação do número de vereadores. 5. No caso dos autos, verifica-se que a Emenda nº 43 à Lei Orgânica Municipal foi editada em 6 de junho de 2012, ao tempo, portanto, da vigência do art. 29 da CF/88, já com a redação conferida pela EC nº 58/2009. A norma impugnada, atendendo ao limite máximo de 27 vereadores, previsto na alínea j do inciso IV do art. 29 da Carta Magna (o Município de Ribeirão Preto tem população de 649.556 habitantes), reduziu de 27 para 22 o número de vereadores na Câmara Municipal. 6. Também não se observa, na redução perpetrada, ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista que o ente municipal adotou quantitativo que não se distancia excessivamente do limite máximo previsto na Constituição. 7. Necessidade de modulação dos efeitos da decisão para que a redução perpetrada pela Emenda nº 43, de 6 de junho de 2012, à Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, somente passe a valer a partir das eleições subsequentes ao julgamento do recurso extraordinário. 8. Recurso extraordinário provido para reformar o acórdão recorrido e julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, declarando-se a constitucionalidade da Emenda nº 43, de 6 de junho de 2012, à Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto.

(RE 881422, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 07/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 15-05-2018 PUBLIC 16-05-2018) – **Destacou-se.**

Ante o exposto, por aumentar a representatividade no Poder Legislativo Municipal, guardar harmonia com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, requer o apoio dos nobres pares para aprovação desta Proposta de Emenda à LOM.

Paré

Aparecida Adriana Lúcio
Vereadora

Maria Klésia de Oliveira
Vereadora

Marquinho

Marco Antônio Francelino
Vereador